

**GÊNERO E COMUNICAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICAS A PARTIR DA
DISCUSSÃO SOBRE IDENTIDADES E CIDADANIA**

Luíza Buzzacaro Barcellos¹
Raiana da Silva Rodrigues²

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão teórica sobre gênero a partir da discussão sobre identidades culturais, cidadania e comunicação. A formação de identidades culturais perpassa uma série de fatores que influenciam na forma do sujeito ser e agir perante a sociedade; quando falamos de gênero, este aspecto se torna ainda mais relevante, pois a formação das identidades de homens e mulheres perpassa estereótipos e papéis fundantes de diferenças que se transformam em desigualdades na cultura de um país. Neste sentido, as mídias, sobretudo a jornalística, têm um papel importante ao reforçar essas identidades: a veiculação sobre desigualdade entre gêneros a partir da comunicação pode contribuir para uma efetividade da cidadania ou, no entanto, legitimar uma série de percalços relacionados ao gênero nesse caso.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Comunicação; Mídias; Identidades; Cidadania.

**GENDER AND COMMUNICATION: THEORETICAL REFLECTIONS FROM
THE DISCUSSION ON IDENTITIES AND CITIZENSHIP**

ABSTRACT

This article proposes a theoretical reflection on gender from the discussion on cultural identities, citizenship and communication. The formation of cultural identities permeates a series of factors that influence the subject's way of being and acting in front of the society; when we talk about gender, this aspect becomes even more relevant, once the formation of the identities of men and women permeates stereotypes and fundamental roles of differences that turn into inequalities in the culture of a country. In this sense, media, especially the journalistic, has an important role in reinforcing these identities: the transmission of inequality among genders through communication can contribute to the effectiveness of citizenship or, however, legitimize a series of problems related to the gender in this case.

KEYWORDS: Gender; Communication; Media; Identities; Citizenship.

¹ Mestranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pertencente a Linha de Pesquisa Linguagem e Práticas Jornalísticas. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: l.buzzacaro@yahoo.com.br.

² Mestranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pertencente a Linha de Pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: raianasrodrigues.pos@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Formada pela heterogeneidade de modos de viver, pensar, de estruturas de sentimento e narração (MARTÍN-BARBERO, 2004), a identidade atravessa o mundo contemporâneo de “fluxos intensos, mudanças *tecnoculturais*, configurações de poder político e reestruturação de modelos da sociedade” (MALDONADO, 2013, p.23). A identidade é um processo em movimento, através do qual as culturas se transformam em função dos contextos específicos de cada lugar, mesmo ligadas aos ambientes onde se formam. São também relacionais, ou seja, na relação com o outro, através da pertença e distinção. Enquanto indivíduos, o modo como nos enxergamos é perpassado por instituições sociais que contribuem para a formação de nossas identidades. Aprendemos a ser o que somos e como devemos agir em sociedade através do nosso convívio social com a família, amigos, escola e, também, com as mídias. A partir de alguns desses discursos é que se colocam normas sociais, calcadas em uma cultura, pela qual nos dizem como ser homens, mulheres, negros, brancos, indígenas, etc. No entanto, ao tratar de constructos identitários, não estamos apenas falando de normas e padronizações culturais, mas formas de poder, opressão e desigualdades.

No caso da identidade de gênero, as representações midiáticas feitas de mulheres e homens apresentam diferenças que formam estereótipos e papéis normativos e normalizados. Existem, segundo estes papéis, locais que podem e devem ser ocupados devido ao sexo a que pertencem às pessoas – o âmbito público é normalmente atribuído à masculinidade e o privado à feminilidade. Essa conduta moral é geradora de desigualdades entre gêneros que reforçam as relações assimétricas e de poder entre homens e mulheres. Por consequência, podem ocasionar diversos percalços a elas. E aqui é importante ressaltar que os obstáculos às mulheres são ainda mais duros quando o gênero é interseccionado com outros marcadores sociais, como raça, classe e sexualidade. As opressões que sofrem as mulheres negras são completamente diferentes das mulheres brancas, as homossexuais das heterossexuais, as pobres das ricas, e assim por diante. O acesso à educação e ao mercado de trabalho, a sobrecarga de tarefas

domésticas, a renda, a participação política e a violência a que esses diferentes grupos de mulheres estão acometidas não refletem a totalidade e a abrangência das desigualdades no Brasil, mas certamente nos fornecem um pano de fundo para refletirmos sobre o assunto.

A luta feminista há algumas décadas vem buscando que estes estereótipos sejam estremecidos, inclusive através de leis e políticas públicas que reconhecem homens e mulheres como cidadãos igualmente – aqui no Brasil, talvez a mais importante delas seja a própria Constituição Federal de 1988³. No entanto, social e culturalmente, papéis subalternos são colocados às mulheres e reforçados por instituições sociais como a mídia, que têm como artifício moldar o comportamento das sujeitas. Portanto, para uma efetiva cidadania de gênero é necessário que os meios de comunicação assumam sua importância na luta contra as desigualdades de gênero, a partir de um discurso que, ao invés de transformar as diferenças em desigualdades, elenque essas diferenças como forma de convívio pacífico em sociedade, como propõe o feminismo.

Procura-se nesse texto realizar uma reflexão teórica considerando como eixo articulador da argumentação a noção de identidades culturais, que está diretamente relacionado com as mídias, os processos de cidadania e o modo como ela está inserida na atual configuração social. Pensar o conceito de identidade é demasiadamente complexo e, por isso, as reflexões e formulações aqui feitas não são fixas, mas abertas a contestações. Ainda, apresentando de modo problematizador, suscitamos o papel fundamental das mídias na transformação social e no combate às desigualdades de gênero, enfocando sobretudo na produção jornalística. Pretende-se propor uma nova possibilidade de pensar o gênero como aspecto fundamental para a comunicação, não somente quando trata-se dessa temática em conteúdos específicos no jornalismo ou em publicidades, mas como um ponto crucial para a efetividade de uma cidadania comunicativa para todos.

DO PONTO DE PARTIDA: PENSANDO AS IDENTIDADES CULTURAIS

³ Além de igualar homens e mulheres perante a lei, “o novo texto constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura, o compromisso de assentar as bases para a afirmação da democracia no país, e uma dupla preocupação: criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportar crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros – não por acaso, foi batizada de ‘Constituição Cidadã’” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 488).

Desde o nascimento, os indivíduos entram em contato com uma série de fatores que influenciam na construção da sua identidade, seja pela localidade onde se encontram, pela identificação dos seus sexos biológicos ou pelas suas cores/raças/etnias. Desse modo, Hall afirma que “as identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial” (1999, p.47), ou seja, mesmo que a identidade seja algo construído socialmente e culturalmente, por vezes acreditamos que diversos aspectos da nossa identidade como homens ou mulheres, por exemplo, já nascem conosco.

Importante salientar que consideramos a identidade profundamente envolvida no processo de representação, e por isso, o discurso pode ser um dos “modos de construir sentidos e influenciar tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 1999, p.50). Olhando mais perto, elas são formadas e transformadas em cada nação, na qual tem o objetivo de produzir sentidos e formar assim um sistema de representação cultural (HALL, 1999). Portanto, cada cultura tem seus repertórios de conduta, regulados por normas que são sustentadas por um conjunto de valores que as legitimam e as tornam compreensíveis, mas também por um “conjunto de práticas legítimas e institucionalizadas” (CORTINA, 2005, p. 148). Como resultante disso, a construção de uma identidade é responsável por costurar no sujeito a estrutura, ou seja, estabilizar os sujeitos quanto aos mundos culturais nos quais habitam (HALL, 1999).

Pensando como a identidade cultural é desenvolvida e transformada ao longo da vida, na identidade de gênero os traços que distinguem homens e mulheres acabam por reforçar não somente aspectos de uma cultura, mas se tornam componentes potencializadores de poder que transformam essas diferenças em desigualdades. Essa construção, segundo Johnson (1997), estabelece conceitos de feminilidade e masculinidade que acabam por reforçar a dominação masculina. Esta visão é corroborada por Silva quando afirma que as distinções de gênero na prática resultam em relações desiguais em diversos aspectos da vida social “nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias”. (2014, p.82)

No Brasil, assim como em outros tantos países, a mulher é sempre colocada em um lugar de inferioridade e submissão em relação aos homens devido a essas

características estruturantes das identidades. Tarefas domésticas e ligadas à família são postas às mulheres, enquanto o convívio público e o poder econômico são postos aos homens (VIANA, 2013). Outros traços como força e impulsividade são tidos como masculinos (COUTO; SCHRAIBER, 2013), enquanto delicadeza e submissão são tidas como femininos (PERROT, 2007). “Afirma-se superioridade de determinadas identidades ao mesmo tempo que se promove a desvalorização das vidas construídas como seu ‘outro’” (BIROLI, 2018, p. 166).

Todos estes fatores se comprovam na realidade vivida por inúmeras brasileiras. As mulheres estão cada vez mais entendendo a importância da educação, mas as oportunidades não são iguais para brancas e negras: em 2016, enquanto 23,5% das mulheres brancas concluíram um curso superior, apenas 10,4% das negras tiveram a mesma chance (AGÊNCIA BRASIL, 2018)⁴. O nível de formação das mulheres, no entanto, não surtiu efeitos igualitários no que diz respeito a remuneração do seu trabalho. Quando comparamos os salários de homens e mulheres, por exemplo, ainda há uma discrepância: elas recebem 20,5% menos do que eles no país, segundo pesquisa do IBGE (2019)⁵. Além disso, o acesso ao mercado de trabalho tem um recorte de raça: negras estavam na parcela da população com maior índice de desemprego em 2017: dos 14,1 milhões de desempregados, cerca de 63% eram mulheres negras (TEIXEIRA apud ACCARINI, 2018)⁶. Ademais, mesmo com certo espaço no mercado de trabalho formal, ainda cabe às mulheres uma outra responsabilidade, o cuidado com a casa: 87,6% das mulheres com mais de 16 anos alegam realizar trabalhos domésticos, enquanto 45,8% dos homens fazem a mesma alegação. Aliás, as mulheres dedicam mais do que o dobro de horas de trabalho doméstico em relação aos homens (BIROLI, 2018). Dentre os serviços domésticos assumidos pelas mulheres está, também, a responsabilidade pelos filhos: enquanto elas têm o direito de 120 dias de licença

⁴ Fonte: AGÊNCIA BRASIL. IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

⁵ Fonte: AGÊNCIA BRASIL. Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. 08 mar 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>>. Acesso em: 02 mar 2020.

⁶ Fonte: ACCARINI, André. Mulheres negras sofrem mais com trabalho precário e falta de investimentos. CUT. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/tres-anos-de-perdas-e-retrocessos-para-as-mulheres-d94a>>. Acesso em: 15 mai.2020.

maternidade, os homens tem apenas 5 dias de licença paternidade. Segundo a autora, essa é “uma lógica convencional, que dificulta a institucionalização do compartilhamento das responsabilidades pelo cuidado entre mulheres, homens e a coletividade” (2018, p. 186).

Esse contexto também acaba afetando a participação política das mulheres: com mais da metade do eleitorado no Brasil, a média de mulheres eleitas no legislativo é de 10% (mesmo a legislação prevendo uma cota de 30% às candidaturas femininas) (BIROLI, 2018). Em uma última instância, essa série de desigualdades aparece na forma de violência. De acordo com dados da Agência Patrícia Galvão (2019)⁷, as mulheres sofrem com o assédio em diferentes locais: 97% das mulheres com mais de 18 anos afirmam já terem sido assediadas no transporte público e 74% no trabalho. Ainda, de acordo com os mesmos dados, foram 4.254 mulheres mortas no Brasil em 2018, a cada nove minutos uma mulher é vítima de estupro, a cada um dia três mulheres são vítimas de feminicídio, e a cada dois minutos uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha. Estes são dados mais gerais, mas quando analisamos a violência de gênero contra negras ou pertencentes a comunidade LGBT, os dados são ainda mais preocupantes. De todas as mulheres assassinadas em 2017, 66% eram negras (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019)⁸. Já em relação à violência contra os LGBT, nem mesmo há um levantamento nos principais institutos nacionais de coletas de dados. Contudo, existem iniciativas independentes, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), que realiza pesquisas de forma autônoma há 40 anos. Segundo o levantamento de 2019⁹ foram 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) que tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%). Reforçamos, no entanto, estas são apenas algumas das dimensões em que as desigualdades de gênero se manifestam na vida cotidiana.

⁷ Fonte: Violência contra as Mulheres em Dados. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>> Acesso em: 03 set. 2019.

⁸ Fonte: ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

⁹ Fonte: MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Portanto, concordamos com Hall (1999) ao dizer que a Nação é responsável por produzir um discurso que atua na construção dessas características. No entanto, uma mudança estrutural (histórica, social e cultural) nas identidades vem “transformando as sociedades modernas, causando uma fragmentação de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais, como sujeitos integrados, conforme afirma Hall (1999). Por isso, movimentos sociais, desde o início do século XIX, vêm assumindo lutas para que essas identidades sejam modificadas a ponto de transformarem as realidades sociais. Fernández, ao estudar o movimento Chiapa¹⁰, fala da importância da resistência e da mudança dos indivíduos para poderem permanecer convivendo em sociedade, tática usada por indígenas da região em relação à colonização: “o conflito é resolvido com a força de um imaginário que se transforma, que desqualifica os estereótipos e as imagens impostas e refaz os códigos vindos do exterior para adaptá-los à sua própria matriz cultural” (2012, p. 181).

Também é o caso do feminismo, foco da nossa reflexão. O feminismo procurou em sua prática, enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. Não é um movimento único e centralizado, ele possui uma auto-organização conforme as demandas das mulheres em diferentes frentes (ALVES; PITANGUY, 2003). Por isso, podemos dizer que são os movimentos feministas, no plural, devido as diferentes ideologias e pautas presentes no feminismo. Algo que é central, no entanto, é a “recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos” (SCOTT, 2019, p. 65). O feminismo passou, e ainda passa, por diversas mudanças ideológicas relacionadas à época em que está inserido, levando em consideração alguns direitos conquistados. Assim, o movimento

¹⁰ No Estado de Chiapas, localizado no sul do México, na fronteira com a Guatemala, os camponeses indígenas maias formaram o movimento zapatista, de insurgência a cinco séculos de exploração e expropriação. A luta dos camponeses indígenas maias contra as desigualdades gerou conflitos permanentes, criou formas de resistência e iniciou um processo de transformação, ao mesmo tempo em que confrontou as políticas neoliberais. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/chiapas>>. Acesso em: 05 fev, 2020. Segundo Fernández (2012, p. 179), foi a partir de um levante armado ocasionado em 1994 que “Chiapas deixou de ser conhecido como a fronteira mexicana com o passado, para se converter em um referente do futuro nacional do país. O paradoxo se explica pelas condições de abandono dessa região do sudeste mexicano, que deram origem ao movimento, e pela profunda crítica ao modelo político-econômico nacional, que se desenvolveu em importantes setores da sociedade mexicana a partir da rebelião indígena”.

passou de uma perspectiva meramente jurídica para um questionamento da vida social e individual da mulher (SARDENBERG; COSTA, 1994). De acordo com Lins, Machado e Escoura (2016, p. 27), o feminismo é um dos “movimentos sociais e políticos mais importantes do século XX, cuja luta se concentrou em reivindicar os direitos das mulheres”, enquanto Perrot (2007) salienta que o feminismo se refere ao movimento que luta pela igualdade dos sexos, agindo, principalmente, através de manifestações públicas. “Foi o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma a suas aspirações, voz a seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo, de democracia” (PERROT, 2007, p. 162).

O movimento feminista busca, portanto, por uma democracia plena que elucide direitos iguais e uma cidadania efetiva entre homens e mulheres (TIBURI, 2018), seja pelo direito ao voto, à educação, à entrada no mercado de trabalho, à livre sexualidade, etc. Segundo a autora, é somente através do feminismo que o mundo terá a garantia de uma verdadeira transformação social e política na sociedade, pois, além de nos ajudar a ver o outro com mais empatia, também nos permite ter “o direito de ser quem se é, de expressar livremente a forma de estar e de aparecer e, sobretudo, de se autocompreender” (TIBURI, 2018, p. 23). Como reforça Fraser (2019) mesmo os ideais feministas de igualdade de gênero tendo se tornado mais populares e parte do imaginário social, ainda precisam ser colocados em prática.

Essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 2019, p. 76).

Os movimentos sociais e, neste caso, em especial as lutas feministas, devem ser levadas em consideração na construção do feminino e do masculino como forma de cidadania, principalmente em uma década em que a globalização hegemônica e o capitalismo geram uma espécie de fascismo social. Isso nos chama atenção, pois cada vez mais vemos presente um cenário violento e imprevisível, no qual regiões e grupos sociais estão na linha de frente da opressão e subordinação dos chefes de Nações. Santos (2006) dialoga com essa afirmação ao dizer que é preciso que as lutas sociais sejam baseadas nas políticas de redistribuição de riqueza com o alinhamento da política de reconhecimento das diferenças.

Esse reconhecimento, no entanto, não pode ser usado como instrumento de poder entre fortes e fracos, opressores e oprimidos, mas sim como maneira de entendimento e convivência entre os diferentes, o que cada vez mais podemos perceber na contemporaneidade: que as nações modernas são, em sua grande maioria, híbridos culturais (CANCLINI, 1998). Falar em processos de hibridação é compreender as relações de sentido que se reconstroem nas misturas. Em toda parte, estão emergindo identidades que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições. Para Canclini “a hibridação não é sinônimo de fusão sem contradições, mas, sim, que pode ajudar a dar conta de formas particulares de conflitos geradas na interculturalidade” (1998, p. XVIII), ou seja, frequentemente a hibridação surge da criatividade individual e coletiva, não só, mas também, na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico. Assim, discutiremos a seguir como o reconhecimento do feminismo como luta urgente é necessária para a construção efetiva de uma cidadania de gênero.

A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA

É preciso compreender, de antemão, que cidadania é um conceito complexo, que envolve várias dimensões e, por isso, vem sendo pensada e repensada de muitas formas ao se transformar com a realidade. Pensar o processo de reconstrução do conceito de cidadania torna necessária a subversão da noção de cidadania liberal, que reduz o conceito aos marcos da vida jurídico política burguesa, moderna, capitalista, como propõe Cortina (2005). Portanto, para fins de diálogo com a problemática envolvida, é preciso pensar as dimensões tanto no âmbito cultural quanto no comunicacional, refletindo a presença do gênero em narrativas midiáticas.

Iniciamos a discussão com base na distinção proposta por Rousseau (apud CORTINA, 2005) entre “homem” e “cidadão”. Segundo o autor, o homem tem como objetivo ser feliz; enquanto o cidadão espera que a sociedade disponha de justiça e dos bens imprescindíveis para que ele possa ser feliz. Para isso, o indivíduo deve formar sua identidade para que se sinta pertencente a uma comunidade e, conseqüentemente, se sinta cidadão. Aqui estamos tomando o conceito de cidadania a partir de uma perspectiva positiva, ou seja, propondo uma discussão sobre a importância do Estado

garantir que todos os indivíduos pertencentes a uma sociedade possam ser efetivamente livres, mesmo com todas as suas diferentes identidades de gênero, classe, raça ou sexualidade. Não negamos, no entanto, que, por vezes, a noção de cidadania é apropriada de uma maneira cívica extremamente excludente, elegendo que alguns sujeitos são, na verdade, mais cidadãos que outros¹¹.

Para pensar um conceito de cidadania plena, segundo Cortina (2005), é imprescindível falar, também, de democracia e de justiça, o que integra um conjunto de direitos e de responsabilidades. Ou seja, para isso é necessário que um país dê os aparatos legais e sociais necessários para que um indivíduo se sinta pertencente a uma comunidade e possa exercer sua cidadania efetivamente. No entanto, a cidadania é uma prática que precisa ser aprendida no dia a dia – aprendizado que surge do nosso contato com a família, escola, mídias, dentre outras instituições sociais. A questão é se viver em comum de modos construtivos, gratificantes, produtivos e solidários que remetem à cidadania (SANTOS, 2006; CORTINA, 2005) significa que produzimos uma ampliação importante do conceito, que “quebra a lógica da eficiência mecanicista do pensamento liberal” (MALDONADO, 2011a, p.3).

Entendendo a cidadania como prática aprendida em diferentes instituições sociais, os meios de comunicação podem auxiliar nas formações sociais contemporâneas, ao permitirem uma ética de respeito entre os cidadãos, na sua singularidade, particularidade e que pode fazer de fato as identidades culturais serem reconhecidas em toda sua complexidade. Pensar, portanto, a cidadania comunicacional é entender a “incorporação da cidadania como horizonte de uma comunicação que se democratiza a partir das narrativas” (FAXINA, 2012, p.127).

Outro ponto importante é a presença de um indivíduo na Constituição do seu país, aspecto fundamental quando falamos em cidadania. Se refletirmos sobre a situação

¹¹ Segundo Messina (2019, s.p.), a cidadania pode ser vista como um “sentimento perverso de orgulho gerado pela visualização da violência”. O autor cita a relação e interpretação da cidadania na Itália, onde há um sistema que exclui os italianos vindos do Sul em relação aos italianos vindos do Norte. Citando o caso do Museu Lombroso, o autor evidencia que há “um regime que é preocupado em mostrar os produtos da sua violência para gerar orgulho cívico para alguns e vergonha e terror para outros (FELDMAN, 1997; PERERA, 2014)”. Para um entendimento mais aprofundado sobre estes aspectos, ver: MESSINA, Marcello. *Contra O Museu De Antropologia Criminal “Cesare Lombroso”*, Em Turim, Itália: “Corpos-Troféus”, “Vergonha In Vitro” E “Atavismo Colonial”. ANPUH Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564781934_ARQUIVO_ContraoMuseuCesareLombrosoFINAL2-8-19.pdf>.

das mulheres há duas décadas, por exemplo, chegamos à conclusão de que elas não eram consideradas cidadãs, uma vez que não tinham direito ao voto e não podiam estudar e trabalhar (dentre outras atividades) sem a autorização dos maridos, ou seja, não podiam exercer uma liberdade individual.

Na América Latina, com as diversas lutas feministas, algumas conquistas em relação a políticas públicas foram alcançadas nesse sentido. No entanto, apesar de amparadas pela lei, as mulheres ainda sofrem com um discurso cultural, social e midiático de inferiorização, quando são representadas como sombra dos homens – sejam eles companheiros, maridos, pais, irmãos, filhos ou até mesmo desconhecidos, sobretudo quando o assunto é violência de gênero (PRADO, SANEMATSU, 2017). É por isso que Maldonado (2011a, p. 3-4) reforça a pertinência de problematizar a cultura quando discutimos cidadania como processo constitutivo, pois, desta forma, é possível “problematizar processos como as diásporas, as migrações, as miscigenações, as transculturações (BAUMAN, 2005; HALL, 2003) e as distintas formas e modos de produção comunicativa na dimensão de cidadania”.

Outro aspecto que vem sendo trabalhado por autores como Maldonado (2011a) é a inserção das mídias e dos meios de comunicação, como componentes importantes de uma cidadania efetiva. Contudo, segundo o autor, estudos realizados desde 1980 demonstram justamente o contrário: os meios de comunicação da América Latina, grande parte pertencentes a poucas famílias, usualmente distorcem as realidades a fim de invisibilizar as realidades latino-americanas, seja a riqueza da sua história cultural ou os problemas político-sócio-econômicos (MALDONADO, 2011a). Nesse sentido, Ortiz também contribui ao reforçar que o consumo midiático é um processo formativo dos cidadãos:

Poner en entredicho, a través de unas formas de ser y de trabajar, un conjunto de dinámicas sociales establecidas como las de autoría, la recepción o consumo, la propiedad intelectual, el trabajo individual y competitivo, es un ejercicio ciudadano, formativo y político que opera no sólo confrontando los grandes relatos, sino estremeciendo los marcos existenciales de la subjetividad (ORTIZ, 2012, p.116).

Os sujeitos, portanto, formam suas identidades, e conseqüentemente sua cidadania, a partir do contato com instituições sociais, dentre elas as mídias. Estas são

responsáveis por elaborar mapas culturais a partir das representações que fazem dos indivíduos (HALL, 2016) e, com isso, contribui à imagem que os sujeitos têm de si mesmos e a forma como interagem com o mundo. A maneira como as mídias representam homens e mulheres, portanto, dita sobre suas identidades e sobre sua consequente cidadania, sobretudo a comunicativa.

O PAPEL DAS MÍDIAS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E CIDADANIA

A sociedade contemporânea está tão permeada pelas mídias que estas não podem mais ser consideradas como algo separado das instituições culturais e sociais. Primeiramente, ao contribuir para a formação das identidades nacionais, as lógicas de mercado e o poder político, as mídias mudaram profundamente os modos de viver. Passaram de meros intermediários da informação com a sociedade para mediadores da constituição do próprio significado do discurso (MARTÍN-BARBERO, 2004). Pesquisar as mídias sobre o viés da comunicação é um movimento complexo, pois o ato comunicativo envolve uma série de aspectos técnicos, sociais, culturais, históricos. Segundo Maldonado, para pesquisar um meio é preciso

[...] concebê-lo como um complexo de estruturas, pensá-lo como um campo de produção e contradições e observá-lo no seu funcionamento concreto, buscando sistematizar procedimentos operativos e ideias em raciocínios que incluam a experiência, as vivências de realização diária, as condições de produção e os produtos fabricados nesses processos (MALDONADO, 2011b, p. 285).

Levando estes aspectos em consideração, é importante salientarmos alguns pontos de mudança nos estudos da comunicação ao longo das décadas. É estabelecido que hoje as mídias, de diversas formas, produzem afetações nos indivíduos que as consomem. No entanto, diferentemente do que se pensava anos atrás, os meios de comunicação de massa não afetam os sujeitos de forma acachapante: eles têm poder de agência, ou seja, não são meros receptores passivos. É justamente rompendo com esta ideia que Maldonado (2013) e Bonin (2013) propõem tirarmos do nosso vocabulário as palavras “receptores”, “consumidores”, “usuários” e “massa” e adotarmos o termo sujeitos comunicantes.

Essas pessoas não permanecem em uma prática de absorção automática dos conteúdos e das formas das mensagens. De um modo ou de outro, elas produzem experiências comunicacionais; às vezes, alienantes, outras, criativas, lúdicas, em ocasiões conservadoras, em oportunidades subversoras, em muitas oportunidades recreativas e também organizadoras dos ciclos socioculturais nas formações sociais midiaticizadas. Essas pessoas, nesta conjuntura de mudança cultural, vão dando continuidade a suas culturas midiáticas históricas (radiofônicas, cinematográficas, televisivas, jornalísticas) e, ao mesmo tempo, combinam-nas com as possibilidades de experimentação que o novo tempo/espaco digital permite. Muitas dessas experiências ainda vão estar marcadas pelos antigos hábitos. De fato, os esquemas e as matrizes de interpretação, prática e avaliação continuaram exercendo sua força nos comunicadores/internautas; apesar disso, as inter-relações de conjunto (com as mídias anteriores e com a Internet enquanto mídia) transformam-se (MALDONADO, 2013, p. 91).

Compreendemos que os papéis desempenhados pelos atores sociais são afetados pelas mídias, constituindo novas configurações no processo de interação. Isso porque é na troca com o outro e consigo mesmo que vamos internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a formação do conhecimento e da própria consciência (HJARVARD, 2014). Há uma participação ativa na construção de perspectivas de suas identidades vinculadas com as mídias. O contato e a inter-relação com as mídias geram algum tipo de afetação nos sujeitos, por isso, segundo Maldonado (2013, p. 90), eles “produzem sentido de maneira fluida, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora”. Não é possível afirmar que tipo de afetação e quais sentidos cada conteúdo midiático vai causar nos sujeitos, mas é certo afirmar que, de uma maneira ou de outra, os indivíduos absorvem e interpretam as informações que recebem através da comunicação. Ademais, para além do lugar de simples receptores, os sujeitos ocupam na realidade comunicacional contemporânea cada vez mais o âmbito de produtores de conteúdo, extrapolando as barreiras informativas e comunicacionais tidas antes em locais específicos e responsáveis pela socialização do saber como os meios de comunicação (BONIN, 2013).

Nesse sentido, Certeau chama atenção para o fato de que cada sujeito vai adotar um “uso”. “No caso do consumo, poder-se-ia quase afirmar que a produção fornece o capital e os usuários, como locatários, adquirem o direito de efetuar operações sobre este fundo sem serem os seus proprietários” (1988, p. 96). Isso quer dizer que as mídias fornecem informações, mas o uso, ou seja, quais sentidos a sociedade vai adotar sobre elas, depende de cada indivíduo – o que reforça a visão de que a recepção/usuários não

são passivos em relação àquilo que consomem. No entanto, o autor ainda lembra que, mesmo com certo tipo de resistência, os sujeitos continuam sendo “moldados” pelo escrito.

Essa moldagem pelo texto a qual Certeau (1988) se refere diz respeito não tanto à decodificação das palavras em si, mas do que elas significam, ou seja, os sentidos que representam. Do mesmo modo, Canclini (1998), ao falar dos efeitos da televisão, recurso tecnológico que, segundo ele, não é neutro nem onipotente, também reforça que os efeitos causados pelas mídias dependem dos usos que os sujeitos fazem, dos sentidos que os mesmos atribuem aos conteúdos. Esses sentidos atribuídos pelos sujeitos dependem de uma memória cultural. Portanto, cada vez mais os meios de comunicação vão se tornando um dos componentes da cultura, como salienta Martín-Barbero,

La comunicación en el campo de la cultura deja de ser entonces un movimiento exterior a los procesos culturales mismos – como cuando la tecnología era excluida del mundo de lo cultural y tenida por algo meramente instrumental – para convertirse en un movimiento entre culturas: movimiento de exposición y apertura de unas culturas a las otras, que implicará siempre la transformación/recreación de la propia (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 1).

É, portanto, nessa aproximação com a cultura que os meios de comunicação demonstram o seu papel na construção de identidades e na efetividade de uma cidadania. Como já salientado, os sujeitos têm certa autonomia, principalmente nos usos que fazem dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, no entanto não podemos ignorar o fato de que, ao comunicar determinadas realidades, as mídias reforçam ou modificam identidades.

Martín-Barbero (2004) ressalta que a mídia pode aflorar sentimentos pertencentes a um imaginário profundo dos indivíduos. Pensando no caso da identidade de gênero, a mídia pode, além de reforçar estereótipos ligados à feminilidade ou à masculinidade, legitimar ainda mais o prestígio e o poder dos homens em relação às mulheres – algo que está guardado em alguma memória inconsciente (ou consciente) das pessoas.

Como parte pertencente de uma cultura, os meios de comunicação ressaltam comportamentos através das representações que fazem. Em alguns casos, essas representações, podem, inclusive, levar a problemas mais graves do que a formação de

identidade: no caso da violência de gênero, ao expor que as mulheres são seres inferiores e devem ser submissas aos homens, o discurso midiático legitima a mulher como propriedade do homem, deixando implícito, portanto, que cabe a ele fazer o que quiser com ela. “Análises mostram, porém, que com frequência as coberturas jornalísticas reforçam estereótipos e culpabilizam a mulher, abordando o crime de forma sensacionalista, desrespeitando vítimas – mortas ou sobreviventes – e seus familiares” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 141). A mídia jornalística também pode colocar que as mulheres, ao não cumprirem com determinados padrões de comportamento, podem vir a ser punidas por isso (PRADO, SANEMATSU, 2017). Segundo as Diretrizes Nacionais do Femicídio (2016), há algumas razões de desigualdade de gênero na prática das mortes violentas das mulheres. São elas:

[...] sentimento de posse sobre a mulher; controle sobre o corpo, desejo, autonomia da mulher; limitação da emancipação profissional, econômica, social ou intelectual da mulher; tratamento da mulher como objeto sexual; manifestação de desprezo pela mulher e pelo feminino (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 54).

Ao legitimar as desigualdades de gênero que geram a violência, o discurso midiático também inferioriza a mulher a ponto de ela ter a sua própria cidadania colocada em risco ou, ao menos, ser questionada perante o resto da sociedade. Pois, como destaca Certeau, “oferecendo-se a uma leitura plural, o texto se torna uma arma cultural, uma reserva de caça, o pretexto de uma lei que legitima, como ‘literal’, a interpretação de profissionais e de clérigos socialmente autorizados” (1988, p. 267). Portanto, sendo o texto uma importante arma cultural, como o próprio autor coloca, é imprescindível que utilizemos dos meios de comunicação para reforçar a importância de uma cidadania de gênero, por meio de uma linguagem feminista, reforçando que diferenças não são e não devem ser sinônimos de desigualdade.

GÊNERO E COMUNICAÇÃO

Antes de iniciarmos a discussão sobre gênero em relação à comunicação, é necessário pontuarmos alguns aspectos da própria teorização sobre gênero, que é extensa e contraditória. Ao passo em que muitas teóricas feministas acreditam ser

necessária a distinção de gênero para conseguirmos garantir direitos para as minorias políticas¹², outras afirmam que ao reforçar essas diferenças podemos legitimar ainda mais as desigualdades que decorrem destas. Concordamos com Lorde (2019, p. 243) ao afirmar que “recusar-se a reconhecer a diferença torna impossível enxergar os diferentes problemas e armadilhas que nós, mulheres, enfrentamos”.

Neste trabalho, adotamos a percepção de que gênero é uma construção social, histórica e cultural, mas não somente na sua relação com o sexo biológico em si, pois, como afirma Butler (2019a), até mesmo a construção da natureza sexual e reprodutiva dos indivíduos é um discurso cultural. Segundo ela, o corpo sexuado “é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2019a, p. 27).

Esse discurso cultural é evidenciado ainda no nascimento de um bebê. Ao definir, de forma binária, se ele é menino ou menina, conforme sua genitália, são impostos pacotes fechados de condutas e normas que devemos seguir, ao longo da vida, correspondentes ao sexo (CONNELL; PEARSE, 2015). No entanto, não podemos considerar que essas experiências são fixadas pela natureza, pois “as pessoas constroem a si mesmas como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero – ou respondemos ao lugar que nos é dado” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 39). Portanto, segundo as autoras, é possível definir gênero como uma “estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 48). Já para Scott (2019, p. 67), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, ou seja, o gênero é um campo em que se iniciam as articulações de poder entre os indivíduos.

É importante para este trabalho entender o gênero não como sinônimo de sexo, aspecto “natural”, “biológico” e inevitavelmente explícito pelo corpo do indivíduo, mas como algo que pode ser fluido e performado pelos sujeitos. Como afirma Butler (2019b,

¹² Como explica Tiburi (2018), quando utilizamos o termo “minorias” de forma isolada ele perde a sua conotação fundamental, visto que consideramos minorias grupos como as mulheres, negros, indígenas, LGBTQs, e estes não são grupos pequenos em relação a quantidade numérica em nossa sociedade, portanto, não são minorias sociais. Utilizamos o termo “minorias políticas” porque, na política, estes grupos são pouco representados, ou seja, suas vozes e interesses são pouco ouvidos.

p. 216, grifo nosso), “as pessoas não *são* seus corpos, mas *fazem* seus corpos”. A autora completa esta visão ao considerar “gênero, então, como um estilo corporal, um ‘ato’, que é intencional e performático, em que ‘performático’ tem ao mesmo tempo uma carga ‘dramática’ e outra ‘não referencial’”. Ao falar sobre o corpo, Connell e Pearse também mencionam essa “coconstrução do biológico e do social”: comida, costumes sociais, guerras, trabalhos, educação e medicina são apenas algumas das influências estruturadas pelo gênero que nossos corpos sofrem. “Então não podemos pensar em arranjos sociais de gênero como mero efeito que flui de propriedades do corpo. Eles também precedem o corpo, formando as condições em que este se desenvolve e vive” (2015, p. 93).

O que queremos dizer é que ao trabalhar gênero não estamos tratando de mulheres apenas no sentido hegemônico, como se houvesse apenas uma identidade de “mulher”, branca, burguesa, heterossexual, que possui uma vagina e cumpre seus papeis sociais impostos como se casar com um homem e ter filhos. Precisamos entender que “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2019a, p. 18; HALL, 1999). Aqui consideramos também outros marcadores de opressão além do gênero, como a raça, a sexualidade e a classe social (TIBURI, 2018), portanto considerando mulheres todas aquelas que se identificam como tal e que sofrem, diariamente, com as consequências de todas essas opressões.

Essas opressões são postas por diversas instituições sociais, dentre elas os meios de comunicação, como já pontuamos anteriormente. Os produtos jornalísticos, ou seja, as notícias veiculadas pelo jornalismo, atuam de forma incontestante na construção da realidade: “e este é o ponto crucial que permite estabelecer uma relação do poder simbólico da mídia com os valores e hierarquias sociais” (SILVA, 2014, p. 50). Segundo a autora, portanto, os meios de comunicação podem ser tidos como “fazedores de identidades culturais”, ou seja, influenciam a opinião pública. Por isso, “o papel dos meios de comunicação é vital para influir numa transformação do pensamento coletivo, para que as pessoas saibam tornar patente aquilo que veem na mídia e fazer referência disso como o estabelecido, o normal” (FRIAS, 2009, p.78).

Ao estudar o jornalismo, especificamente, Silva (2010) aponta como os padrões de desigualdade e a heteronormatividade se revelam em uma prática profissional constituída de gênero. As relações de poder e as hierarquias que se perfazem no contexto das instituições que abrigam as redações que fazem o jornalismo se traduzem nos conteúdos jornalísticos e, segundo a autora:

[...] a categoria de gênero é constitutiva não apenas dos sujeitos, mas também das instituições, e se intersecciona com as relações de poder e formação de hierarquias. Cabe reiterar, ainda que soe redundância, que isso não significa dizer que sejam “as pessoas”, o fulano ou a beltrana, mas sim as características que as distinguem e as representam. Essas características poderiam ser as mesmas em outros corpos e identidades. Com isso, não estou fazendo juízo de valor sobre as pessoas, mas sim destacando os atributos que as distinguem e que se relacionam às concepções de gênero que também perpassam suas identidades profissionais e os respectivos lugares de poder. Não se trata, aqui, de falar em sexos biológicos, em corpos de homem ou de mulher, mas sobretudo de gênero nos termos teoricamente definidos (SILVA, 2010, p.131).

Ao produzir esse tipo de análise, Silva (2010, p. 204) entende que é possível compreender “como o jornalismo produz relações de gênero e, deste modo, também está relacionado aos modos como se conhecem os parâmetros normativos comportamentais e se aprende a ser e a valorar sujeitos em nossa sociedade”.

No entanto, ao mesmo tempo em que a imprensa reforça um discurso sobre gênero já cristalizado como senso comum, calcado em relações de poder e hierarquia, os movimentos feministas, entendendo a importância dos veículos de comunicação, cada vez mais se apropriam desses espaços, pressionando para que pautas sobre gênero e diversidade sejam abordadas nesses veículos ou criando suas próprias plataformas de conteúdo, pois também é papel do feminismo “se preocupar com as palavras por meio das quais as pessoas sempre foram controladas, cerceadas e dominadas” (TIBURI, 2018, p. 75). Segundo Escosteguy, “o movimento feminista, desde seu início, tratou de compreender o uso da mídia como mecanismo de ação política” (2019, p. 17). Essa apropriação dos meios de comunicação acaba produzindo uma diversidade de narrativas, o que fortalece a propagação de múltiplas vozes em um cenário político conservador. Desta forma, as feministas cobram por políticas públicas que eliminem as desigualdades de gênero, seja para as mulheres ou sujeitos identificados como LGBTs. É, portanto, cada vez mais urgente e necessário que os veículos de comunicação passem

a abordar os temas relacionados a gênero de maneira mais afeita à alteridade, à subjetividade e, conseqüentemente, aos feminismos.

POR UMA CIDADANIA COMUNICATIVA DE GÊNERO

Todas as identidades são construídas em relação com o outro e estão em processo de contínua transformação. Ter isso em mente é importante quando estamos discutindo desigualdades de gênero. Elas existem porque se estabeleceram, durante décadas, através de discursos sociais que determinavam normas referentes a masculinidades e feminilidades que geraram opressões e poder, mas isso não é fixo – inclusive, a mudança é necessária no contexto político em que vivemos (permeado pela globalização hegemônica, pelo capitalismo e pela ascensão do fascismo social). Lembramos que essas opressões não dizem respeito ao sexo biológico somente, mas às características fundantes do que é visto como masculino e como feminino. A concepção de gênero que aqui trazemos, portanto, não está calcada em uma classificação binária e biológica do que é ser homem ou mulher, mas de um aspecto fundante de hierarquias que se desenvolvem com relação a outros marcadores como raça, classe e sexualidade, ou seja, gênero pensado como uma categoria analítica.

Somente entendendo as diferenças e singularidades de uma identidade constituída de gênero podemos entender os diversos problemas gerados a partir deste aspecto, visto que o gênero é a primeira forma pela qual nos deparamos e entendemos as relações de poder. O gênero, entretanto, não perpassa somente nossa vida cotidiana como indivíduos, mas também as lógicas profissionais e estruturas mercadológicas, inclusive nos meios de comunicação. Como buscamos evidenciar neste artigo, a comunicação é calcada na lógica de gênero, seus profissionais operam sob a lógica das hierarquias e, conseqüentemente, o público que consome as informações jornalísticas e publicitárias decorrentes desses meios também opera sob essa lógica masculinista, branca e hegemônica.

É um processo cíclico, sem dúvida, com influências mútuas entre meios e sociedade, sociedade e meios, mas em algum desses lugares é preciso ocorrer uma quebra no discurso que reforça estereótipos, normas sociais e outros papéis que geram a

desigualdade de gênero. Ainda temos algumas restrições em relação a estas dimensões na própria constituição do que é ser mulher; no momento em que a cidadania não permite a expressão na sua totalidade, tem-se uma sociedade que não possibilita a constituição dessa identidade, da sua diversidade, o que a formata e fecha através de padrões hegemônicos – geralmente modelos estipulados pelas mídias.

O reconhecimento de uma igualdade de gênero na comunicação é essencial para a efetividade de uma cidadania plena, pois a cidadania comunicativa é central para a vivência dos sujeitos. O Brasil possui uma legislação federal que inclui mulheres e homens como iguais em direitos, também já desenvolveu políticas públicas que auxiliam no combate à violência de gênero e na inserção das mulheres na política, por exemplo, mas a realidade vivida por elas ainda é muito distante do que está na lei. Nesse sentido é que os meios de comunicação, e aqui chamamos a atenção para a mídia jornalística, têm importância vital: na transformação dos discursos midiáticos podemos influir sobre as práticas sociais.

Constituímos nossa cidadania a partir do contato com as instituições e aprendemos como sermos cidadãos no nosso contato com elas, inclusive com as mídias. As representações midiáticas feitas de homens e mulheres não só colaboram nas suas formações como indivíduos, mas também nas suas formas de agir com o/no mundo. Os meios de comunicação geram diferentes afetações nos indivíduos, de formas muito singulares, e não podemos afirmar com exatidão quais interpretações cada indivíduo obtém com cada informação recebida, mas os sentidos atribuídos dependem de uma memória cultural e, pela realidade mostrada pelos dados expostos durante o texto, podemos dizer que as hierarquias de gênero são legitimadas por esse discurso midiático. Isso se comprova pelo fato de, por exemplo, as mulheres continuarem recebendo salários inferiores no mercado de trabalho, assumindo a responsabilidade dos cuidados domésticos e dos filhos e morrendo em consequência de todas as desigualdades impostas pela simples existência delas como mulheres. Entendendo que este cenário é apenas um recorte de toda a problemática das desigualdades de gênero, mas reforçando que podem ser um pano de fundo para repensarmos nossas práticas cotidianas e, sobretudo, comunicacionais.

Podemos destacar como um grande propulsor de mudança os movimentos sociais, dentre eles o feminista, que luta para que as identidades de gênero sejam modificadas a ponto de gerarem uma transformação social – uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã. Essa mudança, é claro, precisa ter os meios de comunicação como aliados, pois a atuação das mídias, principalmente a jornalística, colabora para uma possível reflexão das noções de cidadania dos indivíduos. Por isso, defendemos a adoção de um discurso feminista pelos meios: somente assumindo a sua importância na luta contra as desigualdades e em prol da democracia é que a comunicação colabora na construção de uma cidadania de gênero. A cidadania depende da comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: BONIN, Jiani Adriana; DO ROSÁRIO, Nísia Martins (Organizadoras). **Processualidades metodológicas: Configurações transformadoras em Comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes da fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado** - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Mídia e questões de gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades do **XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

FERNÁNDEZ, Adrián José Padilla. A luta dos homens e das mulheres de milho: ciberpolítica, resistência ancestral e novas subjetividades. In: MALDONADO, Efendy; MAXIMO, Maria Elisa; LACERDA, Juciano; BIANCHI, Graziela (Organizadores). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

FRIAS, Navi. Tem sexo a notícia? In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro; Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2016.

HJARVARD, Stig. Mídiatização: conceituando a mudança social e cultural. In: **Matrizes**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Vol.8, n.1, jan./jun. 2014. p.21-44.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução: Ruy Jungmann; consultoria: Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MALDONADO, Alberto Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. Anais, **XX Encontro da Compós**, Porto Alegre, UFRGS, 14-17 de junho de 2011a.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN, Jiani Adriana; DO ROSÁRIO, Nísia Martins (Organizadoras). **Processualidades metodológicas**: Configurações transformadoras em Comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualizações, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: VVAA. **Metodologias de pesquisa em Comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011b.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Medios y culturas en el espacio latino-americano. **Pensar Iberoamérica**, Revista de Cultura, n. 5, Abril, 2004. Disponível em: <<https://www.oei.es/historico/pensariberoamerica/ric05a01.htm>> Acesso em: 31 dez. 2019.

ORTIZ, Rocío Rueda. Cibercidadanías, multitud y resistencias. In: MARTÍNEZ, Silvia Lago (Organizadora). **Ciberespacio y resistencias**. Exploración en la cultural digital. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (orgs). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação



TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

ISSN 2358-212X

em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. 250p.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado** - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

Recebido em 15 de maio de 2020

Aprovado em 07 de julho de 2020